

Cidadania em Rede

Ano XI - Nº 1 / 2014

Apresentação

FAZER MEMÓRIA, CONSTRUIR IDENTIDADE



Prezados amigos e amigas,

Qual a importância da memória na nossa vida pessoal e coletiva? Como a memória está relacionada com a nossa identidade? Por que é importante entender o passado, por mais doloroso que ele pareça ou, verdadeiramente, seja? Como as Comissões da Verdade ajudam a conhecer quem somos hoje? Como os museus podem se tornar espaços democráticos de memória coletiva? Estas e outras questões orientaram a construção deste número do **Boletim Cidadania em Rede**.

Assim, escolhemos debater as relações entre memória, identidade e direitos humanos, inspirados pelo lema do ano da Novamerica: **“Fazer Memória, Tecer Cidadania, Fortalecer Identidades”**.

Veremos, nesta edição, como a memória se constitui, entre nós, como elemento fundamental de nossa identidade pessoal e coletiva; como precisamos, como povo, de referências de memória histórica para construirmos nossa identidade e planejarmos o nosso futuro.

A reflexão tanto sobre os museus comunitários quanto sobre as comissões da verdade nos ajudarão a fazer viva uma memória que tentaram e tentam apagar de nós. Mas, por quê?

Através de notícias, atividades, entrevistas, textos e imagens, queremos aprofundar o que significa “fazer memória” e “construir identidades”. Este é o convite do **Boletim Cidadania em Rede**.

Lembramos ainda que o **Boletim Cidadania em Rede** pode ser utilizado em conjunto com o **“Jornal Mural Imagens e Palavras”** que trata do mesmo tema. Assim, os dois materiais se complementam e potencializam as atividades formativas sobre o tema proposto.

Boa leitura e bom trabalho!

A Equipe.

2014 FAZER MEMÓRIA,
TECER CIDADANIA,
FORTALECER IDENTIDADES

destaques

MEMÓRIA, IDENTIDADE
E MUSEUS COMUNITÁRIOS

POVO SEM MEMÓRIA
É POVO SEM IDENTIDADE

Com a Palavra... Hannah Arendt

“A história acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre.”



Hannah Arendt. Filósofa. Nasceu na Alemanha (1906) e faleceu nos EUA (1975), de origem judaica, foi uma das mais importantes pensadoras políticas do século XX.



MEMÓRIA, IDENTIDADE E MUSEUS COMUNITÁRIOS¹

Helena Araújo (UERJ)

Foi a partir da segunda metade do século XX que se deu um enorme destaque ao papel da memória coletiva.

Sabemos que a memória é um instrumento de poder, elemento essencial da identidade individual e coletiva, por isso ela é buscada pelas sociedades atuais.

Paul Ricoeur, filósofo francês e pensador sobre a História, reafirma que a condição histórica nos permite a representação do passado. O esquecimento é a prova do tanto que nossa condição histórica é vulnerável. Por outro lado, o esquecimento e a ausência são a garantia da história. Logo, a memória é sempre uma reconstrução, por isso a lembrança é parte constitutiva da nossa identidade. A memória sempre contempla uma dupla dimensão temporal: o momento presente e o tempo que eu estou lembrando. Por isso, nos museus os objetos são convites para lembrarmos.

Com certeza, toda a reconstrução de uma época nos evoca a reflexão sobre a fidelidade da memória e esta pode ser questionada pela História. Essa tensão entre memória e História está sempre presente nos museus, logo é uma questão central para pensarmos a relação entre memória, identidade e museus. Mas, é através da crítica histórica que podemos pensar num viés mais equilibrado nesta relação.

Sobre este equilíbrio entre história e Memória, Paul Ricoeur nos afirma a importância da ideia de justiça, onde todos falem, onde a comunidade ou comunidades se sintam mais representadas, pelo menos em sua maioria.

Não se trata de aceitar uma verdade inquestionável, pois sabemos o quanto é importante para as comunidades populares buscarem seu senso de justiça através de uma memória feliz. Para Paul Ricoeur, a memória feliz é aquela que revela uma memória equitativa. É fundamental o resgate da história, da luta dessas comunidades (como as da Maré, Santa Cruz, Rocinha, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho etc)

pela posse da terra e pela melhoria da qualidade de vida.

Já para Beatriz Sarlo, escritora argentina, a memória é um dever, um bem comum, uma necessidade jurídica, moral e política. Sendo assim, podemos entender o contexto de surgimento dos museus comunitários e ecomuseus na cidade do Rio de Janeiro, pois evocam um sentimento de justiça social. Narra-se a história das comunidades que são tratadas muitas vezes pela sociedade e pelo poder público “quase como que invisíveis”, nem sempre com acesso aos bens básicos.

A memória coletiva é sempre formada de diversos elementos referenciais para a comunidade na qual o indivíduo vive, que são transmitidos pela tradição e podem ter sido ou não vividos pelos sujeitos. Mas, contados pela tradição e/ou educação dão um sentimento de pertencimento a um determinado grupo, como nos ensina o historiador francês Jacques Le Goff. Sendo assim, é importante preservarmos as tradições e costumes de um povo porque é isso que gera tal sentimento.

Segundo o sociólogo Denis Cuhe, não existe identidade cultural em si mesma pronta e acabada. Toda identidade é construída, inacabada, multidimensional, sincrética e mutável.

Assim, os museus comunitários trazem uma nova concepção de museu. Segundo o museólogo brasileiro Mario Chagas, é importante não apenas democratizar o acesso, mas a própria concepção de museu. Os Museus comunitários e ecomuseus são museus que representam a(s) cultura(s), a(s) história(s) e a(s) memória(s) de um ou mais grupos socialmente excluídos.

Nos anos 70 e 80, surgem os ecomuseus fruto da insatisfação de museólogos querendo afirmá-los para servir à sociedade. São características para a constituição de um ecomuseu: (1) identificar um território e seus habitantes, desejos e necessidades; (2) atuar com a

comunidade, já que seus membros são os verdadeiros “herdeiros” do passado e atores do presente; (3) admitir que não é necessário uma coleção para a existência de um museu. Portanto, o ecomuseu envolve todo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

A museologia comunitária e a ecomuseologia são nutridas por princípios baseados nos escritos do educador Paulo Freire e da Teologia da Libertação, como alternativas a modelos pedagógicos e museológicos que negam a novas práticas sociais de memória. Os museus comunitários e ecomuseus apostam no protagonismo comunitário.

Os ecomuseus e os museus comunitários no Brasil e no mundo procuram revisitar o processo criador de subjetivação e de construção de memória como resistência a uma nova ordem globalizada, superando uma museologia muito fixa, rígida, engessada. Eles tentam responder a situações de opressão, abandono ou esquecimento. Assim, os museus comunitários e ecomuseus são uma nova expressão de construir a memória de grupos esquecidos pela história oficial e estas experiências são importantes para os grupos populares.

Pensar nas visitas educativas aos museus permite ao público diferentes leituras da ciência e do mundo. São formas diferenciadas de produção de conhecimento, porém ligadas a grupos sociais específicos dominantes (quase sempre) ou populares (como nos museus comunitários e/ou ecomuseus).

Para mantermos a memória precisamos preservar o patrimônio cultural e natural de um povo. Por isso, conservar casarios, ruas, restaurar documentos, pinturas, criar centros de memória, criar reservas ambientais, cuidar das águas dos rios e marés etc, é tão importante para um grupo social não perder sua identidade e sobrevivência.

¹Adaptado por Marcelo Andrade, com autorização da autora, do texto “Museus comunitários e ecomuseus como espaços educativos não-formais”.

POVO SEM MEMÓRIA É POVO SEM IDENTIDADE

Marcelo Andrade

1º momento:

SENSIBILIZAÇÃO

- ➔ O/a animador/a apresenta o “Jornal Mural Imagens e Palavras” para introduzir o tema e pede que os participantes comentem livremente as imagens.
- ➔ Em seguida, o animador pede que os participantes escolham uma frase do Jornal Mural para ser analisada. O animador pode lançar as seguintes questões:

➔ **Como você relaciona as frases e as imagens selecionadas?**

➔ **O que elas lhe dizem sobre o tema da memória e da identidade?**



2º momento:

APROFUNDAMENTO

- ➔ O animador distribui a todos os participantes uma cópia do texto “Memória, identidade e museus comunitários”, de Helena Araújo (Seção “Idéias em Foco”, do Boletim Cidadania em Rede).
- ➔ O animador convida os participantes a fazerem uma leitura coletiva e dialogada do texto. Em seguida, o animador lê em voz alta cada item da Seção “Você Sabia?”, do Boletim Cidadania em Rede.

- ➔ Após as leituras, o animador pode orientar o debate com as seguintes questões:

➔ **Qual a relação entre memória e identidade?**

➔ **Por que se fala que “um povo sem memória é um povo sem identidade”?**

➔ **Qual o papel dos museus para nossa memória e identidade? E qual a novidade dos museus comunitários?**

3º momento:

COMPROMISSO

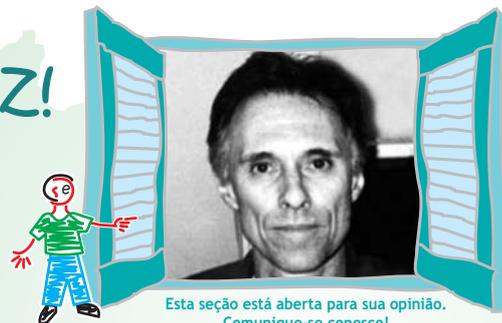
- ➔ O/a animador/a inicia este momento lendo pausadamente o trecho da entrevista de João Ricardo Dornelles (Seção “A Palavra é Sua”, do Boletim Cidadania em Rede) e a Seção “Ecos da Cidadania”.
- ➔ Após estas leituras, propõe a seguinte tarefa para o grupo:

➔ **Levantar notícias sobre o trabalho das Comissões da Verdade, nacional e estadual, e construir um cartaz informativo para a comunidade.**



A palavra é sua... solte a voz!

Neste número do Boletim Cidadania em Rede, apresentamos um trecho da entrevista de **João Ricardo Dornelles** publicada no Portal PUC-Rio. João Ricardo Dornelles é professor do Departamento de Direito da PUC-Rio e membro da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro.



Esta seção está aberta para sua opinião. Comunique-se conosco!

Quais os principais objetivos da comissão aqui no Rio e que o papel o senhor irá desempenhar nesse processo?

A Comissão da Verdade do Rio tem por objetivo acompanhar e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade nos exames e esclarecimentos às violações de direitos humanos no período de 1946 a 1988, visando efetivar o direito à memória histórica e promover a reconciliação nacional. No processo de efetivação da justiça transicional, no período da ditadura civil-militar no Brasil, tratamos de crimes contra a humanidade (torturas, mortes e desaparecimento de pessoas). Sou um dos sete membros da Comissão e meu papel é, juntamente com os outros membros, acompanhar, investigar os casos de violação de acordo com quatro linhas de ação: a) mortos e desaparecidos políticos; b) casos de terrorismo de Estado: atentado à OAB e Atentado do Riocentro; c) financiamento e estrutura da repressão com identificação de nomes dos violadores de direitos humanos, torturadores e da cadeia de comando a que estavam subordinados; d) locais de memória e centros clandestinos e oficiais de tortura, ocultação de cadáver e desaparecimento forçado.

Em relação aos desaparecidos políticos, cujos números ainda estão imersos em controvérsias, como é a linha de investigação para esclarecer esses casos e identificar os responsáveis?

Há a possibilidade de que o número de desaparecidos políticos seja maior do que o registrado nos levantamentos de que dispomos. Por outro lado, o trabalho feito pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos pode ser valioso para ajudar o desempenho das tarefas da Comissão da Verdade do Rio. A investigação levará em conta estas pesquisas anteriores e os relatos e testemunhos de sobreviventes, tanto para o descobrimento dos corpos, como da identificação dos culpados.

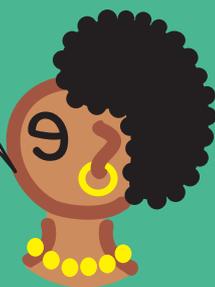
Sobre os locais que serão investigados como supostos centros de tortura, quais seriam os mais representativos?

O antigo DOPS, na Rua da Relação, no Centro; as instalações do DOI-CODI, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca; a Casa da Morte, em Petrópolis; o Estádio Caio Martins, em Niterói, entre outros. No caso do DOPS, há o compromisso do governo do Estado de transformar este local em um centro de memória. Podemos fazer também um levantamento mais amplo sobre locais públicos, ruas, praças onde ocorreram violações no período da ditadura e propor mudanças de nomes de logradouros públicos. No entanto, em alguns casos, a jurisdição é federal, como nas instalações da Rua Barão de Mesquita.

Você sabia?

Não!

Então,
aprenda mais,
amplie seus conhecimentos
sobre o tema discutido.



que a memória, no sentido literal da palavra, é a presença viva do passado, ou seja, a memória traz para presente algo que está no passado.

que a memória é uma construção mental - individual ou coletiva - que acarreta uma representação seletiva de algo que já aconteceu.

que esquecer é um poderoso mecanismo da memória para se proteger e para selecionar o que mais nos interessa do passado.

que co-memorar significa “fazer memória junto com outros”, por isso as comemorações são sempre festas sobre o passado.

que a memória nunca é somente individual, mas resultado de um indivíduo inserido num contexto familiar e social.

que a amnésia é um fenômeno no qual a pessoa perde a memória e, com isso, ela perde sua identidade, ou seja, não sabe mais quem ela é.

que alguém só sabe quem é porque tem lembranças pessoais sobre sua vida passada e partilha com outros lembranças comuns sobre ela mesma, seu grupo familiar e seu povo.

que precisamos de “suportes de memória” - como fotos, diários, documentos, certificados - para lembrarmos do que foi vivido e sabermos quem somos.

que depois de três segundos o cérebro armazena na memória uma informação, o que significa que só entendemos o que está acontecendo a partir da memória.

Notícia

Ecoss da Cidadania

Notícias NOTÍCIAS NOTÍCIAS NOTÍCIAS NOTÍCIAS

NOTÍCIA

Comissão da Verdade mapeia

17 Casas da morte pelo país

O Globo | 08/04/2014

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) identificou 17 centros clandestinos de tortura que operaram durante a ditadura militar (1964-1985). Segundo o relatório preliminar divulgado pela CNV, as chamadas casas da morte faziam parte da estrutura do próprio governo militar e consistiam em casas, chácaras e sítios particulares onde eram feitas prisões ilegais e sessões de tortura que poderiam levar à morte de militantes de esquerda. Alguns desses centros funcionavam também como pontos de cooptação e de monitoramento de agentes infiltrados no movimento de esquerda.

“Centros clandestinos eram aquelas casas, apartamentos, sítios ou fazendas, em geral de propriedade privada, que foram cedidos pelos proprietários. Não se confundem com quartéis nem com delegacias de polícia. Tanto a criação como o funcionamento desses centros eram resultado de uma política definida pelas Forças Armadas. Não eram autônomos, não eram isolados nem subterrâneos. Esses centros eram parte da estrutura de inteligência e de repressão do regime militar e obedeciam ao alto comando das Forças Armadas”, disse a pesquisadora Heloísa Starling, da UFMG, responsável pelo relatório dos centros clandestinos.

A CNV mapeou e localizou a cadeia de comando de sete desses centros clandestinos, mostrando como eles atuavam sob ordens de altas patentes do Ministério do Exército e da Marinha. Outros dez centros ainda estão sendo pesquisados, alguns deles sem endereço definido, mas com os nomes das vítimas que desapareceram depois de passar por eles.

Considerada a casa da morte mais violenta, a Casa Azul ficava em Marabá, no Pará. Lá, foram mortos 22 guerrilheiros do PCdoB e mais dois camponeses que haviam aderido à guerrilha do Araguaia. “Com esses centros, a ditadura fere a legalidade de exceção que ela própria criou. Combina determinadas estratégias que vão produzir a ruptura dessa legalidade”, disse Heloísa Starling.

O coordenador da CNV, o jurista Pedro Dallari, afirmou que, mais para frente, quando esse relatório for concluído, a CNV deverá encaminhar um pedido às Forças Armadas para que apure a situação, assim como aconteceu quando a instituição abriu uma sindicância para investigar seis centros de tortura instalados dentro de prédios militares, como os DOI-CODI de Rio e São Paulo.

“Havia uma política de Estado, e ela foi responsável pela estrutura de uma rede de centros clandestinos de graves violações aos direitos humanos, de tortura e extermínio”, disse Dallari.

Editora: Susana Sacavino Coordenação: Marcelo Andrade
Equipe: Marcelo Andrade e Maria da Consolação Lucinda
Composição Gráfica: Companhia Visual Manteca

Realização:



NOVAMERICA

NOVAMERICA Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania

ISSN 1677 - 4167 Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP: 22280 - 030 - Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL
Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033 - E-mail: promotores@novamerica.org.br - http://www.novamerica.org.br